

# **Revisão bibliográfica sobre o ensino universitário brasileiro: um estudo sobre as novas políticas públicas de acesso e permanência à educação superior**

## **Literature review on the university teaching: a study of new public policies and access to higher education remain**

**Gabriela Mara de Paiva Campos Andrade**

Universidade Federal de Ouro Preto  
gabi007\_7@hotmail.com

**Gabriela Leone Fernandes**

Universidade Federal de Ouro Preto  
gabileone@yahoo.com.br

**Fábio Augusto Rodrigues e Silva**

Universidade Federal de Ouro Preto  
fabogusto@gmail.com

**Lisandra Brandino de Oliveira**

Universidade Federal de Ouro Preto  
lisandra@iceb.ufop.br

**Paula Cristina Cardoso Mendonça**

Universidade Federal de Ouro Preto  
paulamendonca@iceb.ufop.br.

### **Resumo**

O artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca da educação universitária brasileira. Esse estudo teve como intuito conhecer e compreender os aspectos políticos e epistemológicos que cercam as questões relacionadas à formação e a prática dos docentes no contexto das novas políticas públicas e do movimento de expansão da educação universitária brasileira. Os artigos foram obtidos a partir de periódicos da área educacional, lidos e analisados. A análise evidencia que a maioria dos artigos avalia negativamente as políticas de acesso à educação universitária como um fator de precarização das condições docentes. Entretanto alguns trabalhos apontam para a necessidade de evidenciar as práticas docente que tem garantido a aprendizagem dos universitários.

**Palavras chave:** educação superior; revisão bibliográfica; políticas públicas; formação docente, prática docente.

## Abstract

The article is a bibliography revision about the Brazilian academic education. This study had the purpose to know and understand the political and epistemological aspects related to the formation and the lecture's techniques of the professors inside the new public politics and the Brazilian university expansion. The articles that were read and analyzed were from periodicals of the educational field. The analysis showed that most of the articles negatively evaluated the politics of access to the university, considering this access as a factor of impairment of professor's lecturing conditions. On the other hand, some articles mentioned the need to show that lecture's techniques by the professors have guaranteed the learning of university students.

**Key words:** higher education; literature review; public policy; teacher education, teaching practice.

## Introdução

No ano de 2011 foi instalada a Comissão de Ensino do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com o objetivo de pesquisar e discutir questões que permeiam os processos de ensino e aprendizagem nas disciplinas oferecidas por este instituto. O ICEB se caracteriza como uma unidade multidisciplinar que sedia e oferece diferentes cursos e disciplinas das ciências naturais, o que permite afirmar que é uma instituição com um papel crucial para os processos de educação científica da universidade. Em princípio, espera-se que Comissão de Ensino, por meio de estudos, consiga avaliar as consequências para os processos de ensino e aprendizagem das políticas públicas de expansão e acesso à educação universitária, por exemplo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Essas políticas públicas têm estabelecido uma nova configuração para o ensino superior brasileiro que convive com uma expansão no número de vagas oferecidas e preenchidas e com o aumento da heterogeneidade do alunado, o que tem levado a muitos educadores a refletir sobre suas metodologias de ensino e sobre as condições para o trabalho docente (LEDA e MANCIBO, 2009, SILVA e REAL, 2011). Neste cenário de mudanças intensas, para além dos problemas e das dificuldades, são percebidas tanto inovações introduzidas por educadores quanto práticas consolidadas há muito tempo que propiciam oportunidades de aprendizagem (CASTANHEIRA, 2007) e que precisam ser destacadas e valorizadas como casos para a análise.

Com o objetivo de conhecer como os educadores do ICEB têm acompanhado e se posicionado perante aos desafios trazidos por essas políticas governamentais, a Comissão de Ensino tem desenvolvido um projeto de investigação que utiliza a metodologia de grupos focais. Esses grupos focais são formados por professores bem avaliados por seus pares e alunos, de modo a explicitar as suas opiniões, motivações e ações. Espera-se que essa investigação possibilite uma compreensão sobre os saberes mobilizados pelos professores quando refletem sobre a sua prática. Com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento do projeto foi realizado um estudo de revisão bibliográfica sobre o assunto, cujos resultados estão sendo apresentados neste artigo. Esse estudo teve como intuito original fornecer subsídios teóricos para fundamentar as reflexões e análises dos dados obtidos por meio dos grupos focais. Neste sentido, este estudo nos permitiu conhecer e compreender os aspectos que influenciam e determinam os processos de educação superior brasileira.

## Metodologia

Buscando compreender melhor a realidade do ensino no atual contexto das universidades públicas brasileiras foi feita uma revisão bibliográfica abrangendo o histórico bem como as novas políticas educacionais e a prática docente. A revisão bibliográfica foi realizada por meio da leitura e dos fichamentos dos artigos mais recentes extraídos dos seguintes periódicos: Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos- RBEP, Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, Revista Brasileira de Educação, Revista Ensaio e Revista Psicologia e Sociedade e também de anais de congressos disponibilizados na internet. A seleção dos textos e artigos como revisão bibliográfica baseou-se na temática do projeto e estão relacionados à docência universitária e a política/ações afirmativas. Após a realização dos fichamentos, foram determinadas quatro categorias, como mostra a tabela 1.

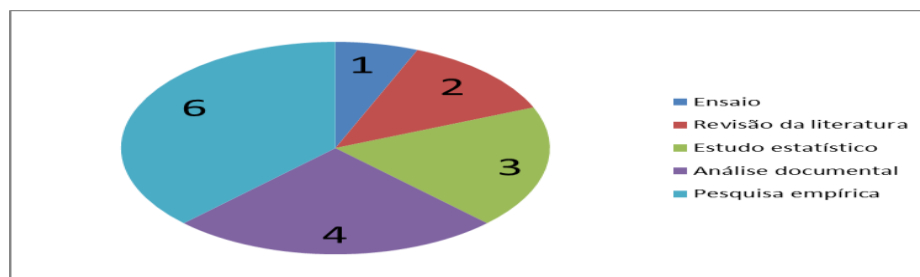
Temas	Características
Estudo Histórico	Artigos que realizam estudos sobre aspectos históricos da educação universitária
Ações afirmativas	Artigos que investigam as concepções e consequências das políticas afirmativas no ensino superior
Políticas de acesso à educação universitária	Artigos que discutem sobre as origens e consequências das políticas de acesso à educação universitária
Docência Universitária	Artigos que abordam aspectos que influenciam ou norteiam a formação e a prática de professores universitários

**Tabela 1:** Categorização dos artigos da pesquisa teórica.

## Resultados e Discussões

A partir da leitura e da análise dos artigos, conseguimos abordar alguns pontos pretendidos com a revisão da literatura. Um deles é caracterizar os tipos de artigos que se dedicam aos temas de interesse de nossa pesquisa e outro obtemos elementos que forneçam fundamentos teóricos para as nossas reflexões. Em relação à análise dos artigos, em um primeiro momento, eles foram analisados e categorizados quanto a sua natureza (GRÁFICO 1).

Em nossa amostra, observamos que um estudo pode ser considerado como ensaio e tem como objetivo discutir as características dos saberes profissionais e suas consequências em relação à formação para o magistério e à pesquisa universitária. Consideramos dois estudos como sendo de revisão da literatura, no qual utilizaram da metodologia de pesquisa histórica e revisão da literatura, sendo que um deles buscou artigos em resumos de publicações científicas disponíveis em banco de dados eletrônicos. Estes possuem como objetivo caracterizar com maior quantidade de detalhes a história da universidade brasileira e relatar o conhecimento acerca das ações afirmativas.

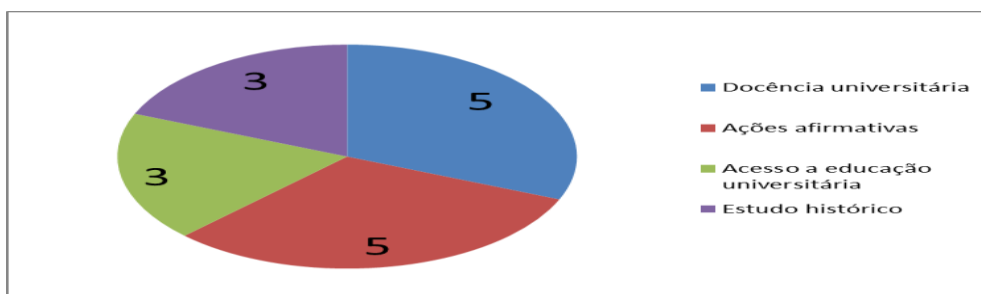


**Gráfico 1:** Categorização referente aos tipos de artigos pesquisados.

Na categoria de análise documental foram encontrados quatro estudos, que possuem o objetivo de estudar e compreender os aspectos históricos, políticos e epistemológicos que motivaram a criação, as reformas e a forma de atuação das universidades brasileiras. Os artigos utilizam a metodologia de pesquisa histórica, documental, bibliográfica, revisão da literatura, assim como de leis, decretos e ementas. Já na categoria de estudos estatísticos três artigos foram classificados e baseiam-se em dados estatísticos retirados do MEC/INEP/DEED ou dados obtidos da universidade em questão, sobre o processo seletivo como o ENEM e SISU, assim como tipo de ingresso e formas de saída da universidade. Os objetivos dos artigos são: analisar os números relacionados à evasão e à de vagas ociosas no ensino superior e apresentar os efeitos da utilização do ENEM e SISU como forma de acesso à universidade.

Por último, categorizamos seis artigos como sendo relatos de pesquisas empíricas que utilizam metodologias como análise de fatos, dados reais, estudos de caso, entrevistas e questionários que contribuem para o entendimento de questões estudadas. Os objetivos dos artigos estudados são: investigar as opiniões dos estudantes em situação de vestibular sobre o sistema de reversa de vagas ou medidas de ação afirmativa no ensino superior, analisar os efeitos da implantação de um programa de aperfeiçoamento na universidade, investigar a trajetória de formação que os professores que atuam no curso de pedagogia vêm construindo e qual a repercussão da mesma na formação de futuros professores de educação infantil e anos iniciais e refletir sobre a formação do professor, conhecer a percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo sobre a implantação de cota, refletir sobre a formação do professor, suas qualificações acadêmicas, pedagógicas e interpessoais.

Com relação aos temas dos artigos, a nossa amostra é composta por 5 artigos que fazem um estudo histórico, 5 falam sobre as ações afirmativas, 3 sobre acesso a educação universitária e 3 sobre docência universitária (GRÁFICO 2).



**Gráfico 2:** Categorização dos artigos da pesquisa teórica.

Um dos artigos que se inclui na categoria de acesso à educação universitária e que podemos destacar é “Política de Acesso ao Ensino Superior: um olhar sobre a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo Baiano da Bahia”, de Janete dos Santos, que foi apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Seu objetivo foi apresentar os efeitos da utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de acesso à Universidade Federal do Recôncavo Baiano da Bahia (UFRB). Para isso utilizou-se dados do processo seletivo da instituição UFRB do ano de 2010 com a utilização do ENEM/SISU, permitindo a comparação dos números obtidos nos vestibulares 2006 a 2009. Os autores argumentam que o ENEM e o SISU ajudaram a democratizar o processo seletivo da UFRB, que por ser uma instituição criada recentemente estava com dificuldades de preencher as vagas oferecidas. O sistema do SISU possibilitou que alunos de várias localidades do Brasil tivessem a oportunidade de se inscreverem no processo seletivo, aumentando dessa forma o número de inscritos e

selecionados.

O artigo “Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir de percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo” que pertence à categoria de ações afirmativas, escrito por Simão Dias Vasconcelos e Ednaldo Gomes da Silva, publicado na Revista Ensaio no ano de 2005, tem como objetivo conhecer a percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo sobre a implantação das cotas. Como metodologia um questionário foi aplicado a 153 alunos do pré-vestibular o sobre cotas. O questionário continha perguntas com respostas de múltipla escolha e algumas perguntas subjetivas, abordando os seguintes tópicos: posicionamento do pré-vestibulando em relação às cotas, quais categorias deveriam ser beneficiadas, interesse em se beneficiar desse sistema, postura frente à “justiça” do sistema de cotas e, por último, grau de conhecimento sobre o acesso de alguns grupos “marginalizados” ao ensino superior gratuito.

Com a realização da pesquisa pode-se perceber que a maioria dos alunos são favoráveis a implantação do sistema de cotas, mas esta também prefere ser enquadrada em outras categorias além do critério de raça/cor. A modalidade na qual gostariam de ser enquadradas seria a de alunos provenientes da escola pública, o que não surpreende já que todos os entrevistados se enquadram nessa categoria.

O artigo que pode ser destacado da categoria de docência universitária “O trabalho docente do professor formador no contexto atual das reformas e das mudanças no mundo contemporâneo” dos autores Eliza Dalmazo Afonso de André; Patrícia C. Albieri de Almeida; Marcia de Souza Hobold; Neuza Banhara Ambrosetti; Laurizete Ferragut Passos; Ana Lúcia, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) em abril de 2010, faz uma reflexão sobre os cursos de formação inicial, abordando aspectos como: os principais desafios encontrados pelos professores formadores, bem como as formas por eles encontradas para fazer face às novas demandas do seu trabalho docente, decorrentes principalmente das mudanças da contemporaneidade. Para isso foram realizados quatro estudos de casos em universidades de diferentes regiões do país, públicas e privadas, entrevistados 53 professores formadores, e analisados projetos pedagógicos. Com a pesquisa pode-se observar as dificuldades que os professores têm em relação ao novo perfil de aluno que chega à universidade nos tempos atuais, como eles tem buscado adequar suas práticas docentes diante desse contexto, sendo às vezes muito difícil, pois faltam conteúdos básicos, que o aluno deveria ter aprendido antes de ingressar na universidade. Verificou-se que em algumas situações que, a própria reação dos alunos afeta a performance dos professores. Muitos querem tudo muito rápido e prático, sem aprofundamento, e possuem dificuldades de leitura e escrita. Os professores comentam que às vezes sofrem com isso, pois precisam fazer com que o aluno entenda a importância de se aprofundar nos conteúdos, principalmente por se tratar de um curso superior.

Com um exemplo de estudo histórico destacamos o artigo “A universidade na sua constituição: criação, reformas e implicações político-epistemológicas”, que foi escrito por Gildo Volpato e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no ano de 2011 nos permite destacar alguns momentos que podem ser considerados como cruciais para o entendimento de como se desenvolveu a educação superior no Brasil. Ele nos oferece um histórico da educação universitária brasileira trazendo um panorama de suas transformações ao longo dos últimos três séculos. Para realizar esse estudo, Volpato (2011), buscou fazer um estudo de revisão da literatura sobre as universidades brasileiras. Ele identifica que as primeiras faculdades brasileiras surgiram no século XIX e seguiam o modelo das grandes escolas francesas. Essas instituições se localizavam nas cidades mais importantes do país e as atividades eram voltadas para a formação de profissionais, principalmente, engenheiros, médicos e advogados. Essas faculdades eram independentes e visavam formar a elite

aristocrática

Com o decorrer das décadas, as faculdades independentes se uniram, dando origem a universidade. Um exemplo é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criada em 7 de setembro de 1920, a partir da união da escola politécnica, da faculdade de medicina e de faculdades livres de direito. Essas instituições possuíam histórias individuais e poucos pontos de referência que unissem as concepções acadêmicas, o que acabou prejudicando o estabelecimento de uma concepção de educação universitária. Apesar disso, a criação da universidade favoreceu as discussões a respeito da estrutura e do papel que esse tipo de instituição deveria representar perante a sociedade (VOLPATO, 2011). Anos mais tarde, após a década de 1930, observou-se a necessidade de modificações no ensino superior no Brasil. Surgiram então movimentos e novas diretrizes para a educação. Um dos movimentos de maior destaque foi o dos Pioneiros da “Escola Nova” que apontava a defasagem entre o sistema econômico e educacional, dado o isolamento e o distanciamento da universidade em relação ao seu ambiente e contexto. Sendo assim os responsáveis pela “Educação Nova” sugeriram que a universidade deveria desempenhar três funções: extensão; pesquisa e ensino. Portanto, cabia a universidade ser criadora de ciência, assumir a responsabilidade com a formação de profissionais e ser popularizadora das ciências e das artes por meio da extensão universitária.

Essa configuração não foi imediatamente contemplada, pois as faculdades profissionais que possuíam um modelo clássico de ensino não atendiam os requisitos mínimos para o atendimento de todas as funções. Além disso, entre 1945 e a década de 1960, a crescente demanda social trazida pela urbanização e industrialização exigiam que os esforços de muitas instituições estivessem concentrados na formação de profissionais. Na década de 1960, lentamente iniciou-se o processo de construção de universidades voltadas para especificidades nacionais, no quais a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão passa a ser um pressuposto a ser perseguido e que incorpora a preocupação com os problemas nacionais. Essas premissas passam a ser orientadoras do trabalho acadêmico nas várias universidades federais que foram criadas e que neste momento já estão presentes nos 22 estados brasileiros (VOLPATO, 2011).

Outros autores dizem também que levando em consideração os avanços técnicos, a necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada, a competitividade, a globalização e a demanda social, a partir da década de 1990 foram feitas reformas educacionais buscando ampliar o acesso à Universidade. Dentre estas reformas destaca-se a criação da política de ações afirmativas, que são medidas de caráter público ou privadas que objetivam corrigir mecanismos de exclusão associados a minorias étnicas, raciais ou sexuais. Logo, as reformas universitárias iniciaram-se com a implantação das políticas/ações afirmativas destinadas a facilitar o ingresso de determinados grupos no ensino superior público. A política de ações afirmativas gera discussão tanto no âmbito educacional quanto social. Podem ser consideradas como um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado (OLIVEN, 2007). Mas de acordo com Castro (2001), a extrema fragilidade do ensino fundamental e médio público da rede pública faz com que as classes sociais passem literalmente por uma peneira, fato que resulta em uma sub-representação das classes de menor renda no ensino superior. Como exemplo de políticas/ações afirmativas, podemos citar: a política pública das cotas destinada aos grupos étnicos excluídos e discriminados racialmente.

Nesse mesmo âmbito, o artigo “Fatores que influenciam nas percepções das competências para o exercício da docência”, que foi escrito por Vânia Maria Jorge Nassif, Darcy Mitiko Mori Hanashiro e Rosane Rivera Torres, publicado no periódico da Revista Brasileira de

Educação, no ano de 2010, utilizando como metodologia pesquisa empírica, observou a constante ênfase no papel do docente, sendo este parte fundamental nas reformas universitárias. A partir da implementação das reformas necessita-se também uma reflexão do trabalho do docente, na qual se analisam o ensino e a aprendizagem (NASSIF et al 2010). Segundo Nassif et al (2010) as universidades têm buscado professores cujo perfil é o do empreendedor aberto ao aprendizado constante, atento a sua capacidade de construção do conhecimento, a exploração das críticas e a contextualizações das relações socioculturais. É este o perfil de professor que as universidades almejam para atender o novo perfil de alunado que a mesma tem recebido. Dessa forma, para que este professor possa atender ao perfil, o mesmo tem que possuir uma maior flexibilidade para acompanhar as mudanças na educação, na sociedade, na ciência e no ensino superior.

Nesse sentido Nassif et al (2010) afirma que é importante que o professor crie a mentalidade do aprender a aprender e que o ato de ensinar exige pesquisa, método, ética e criticidade. Além disso, fica claro que os conhecimentos, as competências e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho mudam constantemente. Assim, cabe à universidade preparar-se para acompanhar e reorganiza-se com base na concepção de conhecimento, favorecendo o trabalho com teorias de aprendizagem e com formas de organização do ensino que superem as práticas pedagógicas tradicionalmente centradas na memorização e na reprodução de informações, pois hoje a formação do cidadão é focada em um ser pensante e crítico. Ao mesmo tempo, sabe-se que a tarefa educacional não deve ser idealizada, mas deve-se reconhecer que o papel do docente é relevante nesse novo cenário da educação universitária, sendo importantes as contribuições que o mesmo pode trazer. Portanto, repensar nas práticas pedagógicas dos professores é essencial para uma melhora no ensino superior e as instituições universitárias devem contribuir diretamente para que isso venha a acontecer. O uso de palestras, minicursos, cursos de formação continuada são algumas opções que podem favorecer esse debate.

## **Considerações Finais**

Após os estudos, observou-se algumas situações relacionadas às novas políticas públicas para educação universitária brasileira. Os artigos ressaltam problemas como, por exemplo: o abandono de cursos com o aumento de vagas ociosas; a superlotação das turmas, o aumento das retenções em algumas disciplinas e as demandas de alunos cotistas. Muitos dos artigos que foram analisados trazem uma visão muito negativa dos processos de acesso à educação universitária, caracterizando-as como fatores que levariam a precariedade da formação universitária brasileira. Entretanto, este é um caminho irreversível ou pode ser um desafio que se enfrentado pode ou resultar em uma universidade mais inclusiva e mais próxima dos anseios da sociedade? Essa questão nos conduz a repensar os processos de ensino e aprendizagem e os mecanismos que favoreçam a permanência dos alunos nos cursos. É necessário investir tanto na infraestrutura, melhorando e ampliando os espaços educativos, quanto na qualificação dos docentes para lidar com as novas demandas que são trazidas pela heterogeneidade cada vez mais manifestada nas classes do ensino superior. Neste sentido, sem pretender estabelecer uma agenda prescritiva, é necessário mobilizar pesquisas, tal qual a que será desenvolvida pela Comissão de Ensino, de modo que estas procurem evidenciar os problemas, mas principalmente as soluções encontradas por instituições e docentes para formar profissionais e cidadãos.

## **Agradecimentos**

À Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto

## Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A. de; HOBOLD, M. de S.; AMBROSETTI, N. B.; PASSOS, L. F.; MANRIQUE, A. L.; O trabalho docente do professor formador no contexto atual das reformas e das mudanças no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.91, n 227, p.122-143, jan./abril. 2010.

CASTANHEIRA, M. L.. **Aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 192p.

CASTRO, C. M. Educação superior e equidade: inocente ou culpada? **Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 30, p. 110-120, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. (1997). **A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil**. In J. Souza (Org), Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos (pg 233-242). Brasília, DF, Paralelo 15.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D.. REUNI: Heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, v. 34, p. 49-64, 2009.

NASSIF, V.M.J; HANASHIRO, D.M.M; TORRES, R.R; Fatores que influenciam nas percepções das competências para o exercício da docência. **Revista Brasileira de Educação**. N.44,2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a12.pdf>

OLIVEN, A. C. "Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil". **Educação** 30.1 (2007).

SANTOS, J. dos.; Política Pública de Acesso ao Ensino Superior: um olhar sobre a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

SILVA A. M., REAL G.C.M. As configurações das políticas para a educação superior e as reformas do ensino superior brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 36, n.1, p. 141-157, jan./jun. 2011.

VASCONCELOS, S. D; SILVA, E. G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 49, Dec. 2005 .

VOLPATO,G; A universidade na sua constituição: criação, reformas e implementações político-epistemológicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. N.232, 2011. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1879/1742>.